



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo



SANTO ÂNGELO  
*Governo de Inovação*

**DECRETO Nº 4.051**  
**De 21 de setembro de 2021**

**Dispõe sobre a criação do Comitê de Governança e Gestão, no âmbito do Município de Santo Ângelo, para a implantação do modelo de excelência em gestão das transferências, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 84, IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Portaria n. 66, de 31 de março de 2017, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e a Instrução Normativa n. 05, de 24 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, tendo como objetivos contribuir com o aumento da maturidade de gestão e governança no âmbito dos órgãos que operam recursos oriundos das transferências da União e aprimorar a efetividade na entrega de valor público à sociedade brasileira,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**  
**DA INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO**

**Art. 1º** Fica instituído o Comitê de Governança e Gestão do Poder Executivo do Município de Santo Ângelo, instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

**Parágrafo único.** O Comitê de Governança e Gestão do Poder Executivo do Município de Santo Ângelo atuará em temas de governança pública e na implementação do Modelo de Excelência em Gestão em Transferências da União, bem como dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 2º** Para fins deste Decreto considera-se:

I - Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - Modelo de Excelência em Gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de Santo Ângelo**



III - Agente de Governança e Gestão - AGG: servidor designado formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Governança e Gestão.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO**

**Art. 3º** O Comitê de Governança e Gestão será coordenado por servidor designado pelo Secretário Municipal de Gestão de Finanças, e será composto pelos Agentes de Governança e Gestão, que compreendem os servidores a serem designados pelas respectivas pastas:

- I – Departamento de Processamento de Dados;
- II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- III - Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos;
- V - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação;
- VI – Procuradoria Geral do Município ou Assessoria Jurídica;

**§1º** Nas ausências do servidor designado para coordenar o Comitê de Governança e Gestão este será coordenado por membro por ele designado.

**§2º** Poderão ser convidados a participar de reuniões do Comitê de Governança e Gestão representantes designados das pastas da Administração Direta e Indireta, bem como especialistas nos temas de interesse.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS COMPETÊNCIAS DO COMITÊ DE GESTÃO E GOVERNANÇA**

**Art. 4º** Compete ao Comitê de Governança e Gestão:

- I - Assessorar o Prefeito Municipal e os dirigentes municipais na condução da política de governança;
- II - Propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;
- III - Propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;
- IV - Analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;
- V - Incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;
- VI - Acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança.

*Handwritten signature or mark.*





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal de Santo Ângelo**



**Parágrafo único.** O Comitê de Governança e Gestão elaborará memórias das reuniões com a pauta a ser abordada e os itens discutidos.

**Art. 5º** As unidades deverão designar responsáveis pela condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e da integridade corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comitê e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo Secretário Municipal de Gestão de Finanças, ouvida a Procuradoria-Geral do Município e/ou Assessoria Jurídica, no âmbito de sua competência.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

### **REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA**, em 21 de setembro de 2021.

**JACQUES GONÇALVES BARBOSA**  
**Prefeito**

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO**

---

**SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**  
**DECRETO Nº 4.051, DE 21 DE SETEMBRO DE 2021**

Dispõe sobre a criação do Comitê de Governança e Gestão, no âmbito do Município de Santo Ângelo, para a implantação do modelo de excelência em gestão das transferências, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 84, IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Portaria n. 66, de 31 de março de 2017, do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e a Instrução Normativa n. 05, de 24 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, tendo como objetivos contribuir com o aumento da maturidade de gestão e governança no âmbito dos órgãos que operam recursos oriundos das transferências da União e aprimorar a efetividade na entrega de valor público à sociedade brasileira,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**  
**DA INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO**

**Art. 1º** Fica instituído o Comitê de Governança e Gestão do Poder Executivo do Município de Santo Ângelo, instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

**Parágrafo único.** O Comitê de Governança e Gestão do Poder Executivo do Município de Santo Ângelo atuará em temas de governança pública e na implementação do Modelo de Excelência em Gestão em Transferências da União - Meg-TR, bem como dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 2º** Para fins deste Decreto considera-se:

- I - Governança Pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;
- II - Modelo de Excelência em Gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;
- III - Agente de Governança e Gestão - AGG: servidor designado formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo PP/PMPP.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO**

**Art. 3º** O Comitê de Governança e Gestão será coordenado por servidor designado pelo Secretário Municipal de Gestão de Finanças, e será composto pelos Agentes de Governança e

Gestão, que compreendem os servidores a serem designados pelas respectivas pastas:

- I – Departamento de Processamento de Dados;
- II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano;
- III - Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - Secretaria Municipal de Gestão de Recursos Humanos;
- V - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação;
- VI – Procuradoria Geral do Município ou Assessoria Jurídica;

§1º Nas ausências do servidor designado para coordenar o Comitê de Governança e Gestão este será coordenado por membro por ele designado.

§2º Poderão ser convidados a participar de reuniões do Comitê de Governança e Gestão representantes designados das pastas da Administração Direta e Indireta, bem como especialistas nos temas de interesse.

#### **CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DO COMITÊ DE GESTÃO E GOVERNANÇA**

**Art. 4º** Compete ao Comitê de Governança e Gestão:

- I - Assessorar o Prefeito Municipal e os dirigentes municipais na condução da política de governança;
- II - Propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;
- III - Propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;
- IV - Analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;
- V - Incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;
- VI - Acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança.

**Parágrafo único.** O Comitê de Governança e Gestão elaborará memórias das reuniões com a pauta a ser abordada e os itens discutidos.

**Art. 5º** As unidades deverão designar responsáveis pela condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e da integridade corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comitê e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

#### **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 6º** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos pelo Secretário Municipal de Gestão de Finanças, ouvida a Procuradoria-Geral do Município e/ou Assessoria Jurídica, no âmbito de sua competência.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**

**CENTRO ADMINISTRATIVO JOSÉ ALCEBÍADES DE OLIVEIRA**, em 21 de setembro de 2021.

**JACQUES GONÇALVES BARBOSA**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Saieli do Nascimento Jacques  
**Código Identificador:**79AF31FB

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 24/09/2021. Edição 3156  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>